

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

1. INTRODUÇÃO

1.1 O presente documento caracteriza a primeira etapa da fase de planejamento e apresenta os devidos estudos para a contratação de solução que atenderá à necessidade abaixo especificada.

1.2 O objetivo principal é estudar detalhadamente a necessidade e identificar no mercado a melhor solução para supri-la, em observância às normas vigentes e aos princípios que regem a Administração Pública.

1.3 ÁREA REQUISITANTE

1.3.1. Secretaria Municipal de Esporte e Juventude

2. DESCRIÇÃO DO OBJETO

2.1 CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ARBITRAGEM PARA JOGOS ESPORTIVOS, VISANDO ATENDER ÀS DEMANDAS DO CALENDÁRIO ESPORTIVO DA SECRETARIA DE ESPORTES E JUVENTUDE, BEM COMO PROMOVER A PRÁTICA ESPORTIVA E A VIVÊNCIA SOCIAL ENTRE CRIANÇAS, JOVENS, ADOLESCENTES E ADULTOS DO MUNICÍPIO DE SANTANA DO CARIRI – CE.

3. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

3.1 A Secretaria Municipal de Esportes e Juventude de Santana do Cariri desenvolve anualmente um calendário de atividades esportivas, incluindo campeonatos, torneios, eventos recreativos e ações de incentivo à prática esportiva para crianças, adolescentes, jovens e comunidade em geral. Para garantir a organização, a segurança e a qualidade técnica desses eventos, torna-se imprescindível a contratação de empresa especializada que disponibilize profissionais qualificados para arbitragem nas modalidades requeridas.

Destaca-se ainda que a Administração não dispõe, em seu quadro de pessoal, de profissionais qualificados em número suficiente para atender à demanda existente, o

que inviabiliza a execução direta do objeto, justificando a contratação indireta, nos termos da legislação vigente. Ademais, a presente contratação encontra respaldo nos princípios do planejamento, da eficiência e do interesse público, previstos na Lei nº 14.133/2021, uma vez que visa atender de forma adequada às necessidades da Administração, promovendo o incentivo à prática esportiva, à inclusão social e à melhoria da qualidade de vida da população local. Apresente contratação se justifica ainda pelos seguintes motivos:

- a) Segurança e cumprimento das regras: A presença de árbitros capacitados assegura que os jogos e competições sejam conduzidos de acordo com as normas técnicas e regulamentares, prevenindo conflitos e garantindo justiça nas disputas.
- b) Valorização do esporte e dos participantes: A realização de eventos bem organizados e supervisionados por profissionais qualificados aumenta o engajamento dos participantes, promove integração social e incentiva hábitos saudáveis.

Dessa forma, a contratação é necessária, adequada e vantajosa para a Administração Pública, contribuindo para o cumprimento das políticas públicas de esporte e lazer do município, bem como para o alcance dos objetivos institucionais da Secretaria de Esportes e Juventude.

4. DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1 A descrição criteriosa dos requisitos da contratação constitui um pilar central no processo licitatório, garantindo a seleção de propostas que não somente atendam as necessidades imediatas da administração pública, mas que também estejam alinhadas as diretrizes de sustentabilidade, qualidade, e desempenho, conforme estabelecido na Lei nº 14.133/2021. Para a adequada execução do objeto, a empresa a ser contratada deverá atender aos seguintes requisitos:

- a) Requisitos gerais: A contratada deverá ser pessoa jurídica especializada na prestação de serviços de arbitragem esportiva, com comprovada experiência na execução de serviços compatíveis com o objeto da contratação, mediante apresentação de atestados de capacidade técnica.

b) Qualificação técnica: A empresa deverá disponibilizar profissionais devidamente capacitados para atuação nas modalidades de futebol de campo e futebol society/futsal, com conhecimento atualizado das regras oficiais de cada modalidade, assegurando a condução adequada das partidas.

c) Equipe de arbitragem: Os serviços deverão ser executados por equipe composta, no mínimo, por árbitros e assistentes, conforme a necessidade de cada modalidade, garantindo a qualidade, imparcialidade e segurança das competições.

d) Obrigações quanto à execução: A contratada deverá cumprir rigorosamente os horários, locais e datas estabelecidos pela Secretaria de Esportes e Juventude, bem como manter conduta ética e profissional durante a prestação dos serviços.

e) Responsabilidade técnica e disciplinar: A empresa será responsável pela conduta de seus profissionais, devendo assegurar o cumprimento das regras esportivas, disciplinares e normas aplicáveis, inclusive quanto à postura adequada perante atletas, comissão técnica e público.

4.2 A contratação será realizada por meio de licitação, na modalidade **Pregão**, na sua forma eletrônica, com critério de julgamento por **menor preço global**, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

4.3 Justificativa quanto a garantia da proposta (se for o caso):

4.3.1 A exigência de garantia da proposta, como caução em dinheiro, seguro—garantia ou fiança bancária, oferece uma proteção adicional para a administração pública contra riscos de inadimplemento, não conformidade com as especificações contratuais, e eventuais danos.

4.3.2 A exigência de uma garantia da proposta assegura que os licitantes apresentem propostas sérias e viáveis, comprometendo-se formalmente com a execução do contrato caso sejam vencedores.

4.3.3 A garantia da proposta desestimula a participação dos licitantes que possam apresentar propostas irresponsáveis ou inexecutáveis, promovendo um ambiente de concorrência saudável e justa.

4.3.4 A garantia da proposta protege a administração pública contra desistências intempestivas dos licitantes vencedores, evitando atrasos e prejuízos decorrentes da necessidade da realização de novos procedimentos licitatórios.

4.3.5 Em caso de desistência injustificada, a administração pública pode reter a garantia da proposta como forma de compensar os custos administrativos e operacionais gerados pela situação.

4.4 Entende-se ainda como requisitos de contratação todas as exigências as quais serão necessárias em todas as fases do procedimento. Para julgamento (habilitação) quando do certame licitatório, entende-se necessário que o proponente vencedor apresente os seguintes requisitos:

4.5.1 Requisitos de habilitação para julgamento:

4.5.1.1 Os documentos de habilitação poderão ser aqueles exigidos no art. 62 da Lei Federal nº 14.133/21, contudo, a relação detalhada dos documentos os quais serão requisitados para fins de habilitação no certame, serão aqueles constantes do termo de referência, a ser confeccionado tomando como base as perspectivas, especificidades, requisitos e demais informações trazidas e abordadas neste estudo.

4.8 Por fim, todos os requisitos definidos visam garantir que a contratação atenda de maneira integral e eficiente as demandas da Secretaria Municipal de Esporte e Juventude, promovendo não apenas o atendimento das necessidades atuais, mas também projeções futuras, em consonância com os princípios de responsabilidade fiscal, e social. Assim, abstém-se de incluir especificações excessivamente restritivas que possam limitar a competitividade, assegurando um processo licitatório inclusivo e benéfico para todas as partes interessadas.

5. LEVANTAMENTO DE MERCADO E JUSTIFICATIVA PARA A ESCOLHA DA SOLUÇÃO

5.1 Na busca por soluções adequadas para a prestação de serviços de arbitragem para jogos esportivos, foram considerados vários modelos de contratação entre fornecedores e órgãos públicos, incluindo:

5.2 **Solução nº 01:** Contratação de empresa especializada, através de processo licitatório na modalidade pregão, na sua forma eletrônica, possibilitando negociações dedicadas para atender as especificidades dos serviços requeridos.

5.3 **Solução nº 02:** Formas alternativas de contratação, como a realização de parcerias público- privadas (PPP) ou consórcios entre diversos órgãos públicos para contratação conjunta, buscando otimizar custos e processos logísticos.

5.4 **A Solução nº 01** mostra-se mais adequada ao caso concreto, haja vista que essa modalidade de licitação é favorecida por permitir uma seleção mais ampla e competitiva entre os fornecedores, garantindo a administração pública condições mais vantajosas na contratação.

6. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

6.1. Considerando a necessidade identificada pela Secretaria municipal de esporte e juventude de Santana do Cariri/Ce, para a prestação dos serviços de arbitragem para jogos esportivos, visando atender às demandas do calendário esportivo da secretaria de esportes e juventude, realizou-se um estudo técnico preliminar amplo que contemplou as diversas soluções disponíveis no mercado. Este estudo foi fundamentado nos princípios estabelecidos pela Lei nº 14.133/2021, os quais orientam a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, promovem a justiça nas competições e incentivam o desenvolvimento nacional sustentável (Art. 11).

6.2. Com base na análise de mercado detalhada, consideramos todas as alternativas disponíveis, em conformidade com o Art. 18, §1º, V da Lei nº 14.133/2021, que recomenda um levantamento de mercado como parte essencial do planejamento da contratação. A contratação dos serviços do objeto em questão foi avaliada sob critérios técnicos, econômicos, e de sustentabilidade, visando não só atender as necessidades imediatas da Secretaria, mas também garantir alinhamento as políticas de desenvolvimento nacional sustentável.

6.3 A solução proposta neste Estudo Técnico Preliminar – **Solução nº 01:** Contratação de empresa especializada, através de processo licitatório na modalidade pregão, na sua

forma eletrônica, possibilitando negociações dedicadas para atender as especificidades dos serviços requeridos, demonstrou ser a mais adequada existente no mercado para atender as demandas especificadas. Esta solução permite não apenas a adequação as necessidades operacionais e programáticas da Secretaria de Esporte e Juventude, mas também assegura economicidade e eficiência no uso dos recursos públicos, conforme exigido pelo Art. 5º da Lei nº 14.133/2021, o qual destaca a economicidade entre os princípios norteadores das contratações públicas.

7. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES

7.1 A descrição completa dos serviços com as suas respectivas quantidades segue na tabela abaixo:

LOTE 01					
ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QTD	VALOR UNT (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
1	SERVIÇO DE ARBITRAGEM ESPORTIVA- (Futebol de Campo): Especificação: Especializado em futebol de campo com 01 (um) árbitro, 02 (dois) assistentes, 01 (um) mesário, que sejam responsáveis pela condução das partidas do campeonato e julgamentos de fatos ocorridos durante cada partida.	SERV	170		
2	SERVIÇO DE ARBITRAGEM ESPORTIVA- (Futebol Society/ Futsal): Especificação: Especializado em Futebol Society com 02 (dois) árbitros, 01 (um) assistente, 01 (um) mesário, que sejam responsáveis pela condução das partidas do campeonato e julgamentos de fatos ocorridos durante cada partida.	SERV	150		
Valor total global R\$ _____ (_____)					

7.2 Justificativa para o quantitativo:

7.2.1 Para o dimensionamento do quantitativo dos serviços a serem contratados foi definido com base no levantamento prévio das necessidades da Secretaria de Esportes e Juventude, considerando o calendário esportivo anual do Município de Santana do Cariri – CE, bem como o histórico de realização de competições em exercícios anteriores. Além disso, para a definição dos quantitativos, foram observadas as modalidades esportivas

contempladas, o número estimado de equipes participantes, a quantidade de partidas previstas por competição, além da duração dos eventos e da necessidade de composição de equipes de arbitragem compatíveis com cada modalidade.

7.2.2 Ressalta-se que a estimativa buscou contemplar, de forma realista e suficiente, a demanda do período, evitando tanto a insuficiência quanto o excesso de contratação, em observância aos princípios da eficiência, do planejamento e da economicidade. Dessa forma, os quantitativos estabelecidos mostram-se adequados para atender às necessidades da Administração, garantindo a continuidade e a qualidade dos eventos esportivos promovidos pelo Município.

7.3. Justificativa para lote único:

7.3.1. A adoção do critério de julgamento por lote único, contemplando os serviços de arbitragem esportiva nas modalidades de futebol de campo e futebol society/futsal, justifica-se pela natureza comum e complementar dos serviços, bem como pela necessidade de padronização, integração e eficiência na execução do objeto. Nesse sentido, a contratação unificada permite melhor coordenação das atividades, uma vez que as modalidades esportivas possuem características operacionais semelhantes, exigindo planejamento conjunto, logística integrada e gestão centralizada das escalas de arbitragem, o que contribui para a otimização dos serviços e a redução de eventuais conflitos operacionais.

7.3.2 Ressalta-se, ainda, que a adoção do lote único não restringe a competitividade, tendo em vista que o mercado dispõe de empresas aptas a prestar os serviços de arbitragem nas modalidades previstas, garantindo ampla participação no certame.

7.3.3 Dessa forma, a contratação por lote único mostra-se técnica e economicamente mais vantajosa para a Administração Pública, em conformidade com os princípios da eficiência, economicidade e planejamento previstos na Lei nº 14.133/2021.

8. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

8.1 A pesquisa de preços a ser realizada pelo setor e compras dessa municipalidade e observará o disposto no art. 23, da Lei nº 14.133/21, bem como ao Anexo V do Decreto Municipal nº 0204001/2024 de 02 de abril de 2024.

8.2 O Levantamento será feito através de contratações semelhantes feitas pela Administração Pública, em execução ou concluídas, respeitados o período máximo de 1 (um) ano anterior à data da pesquisa de preços.

8.3 A estimativa preliminar de preço é mera expectativa de valor de contratação, que depende de pesquisa mercadologia ampla para confirmação, podendo sofrer variação de preço resultante da atividade econômica.

9. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO

9.1. A presente contratação não será parcelada, sendo estruturada em lote único, contemplando os serviços de arbitragem esportiva nas modalidades de futebol de campo e futebol society/futsal. A decisão pelo não parcelamento do objeto fundamenta-se na natureza integrada e complementar dos serviços, que demandam padronização na execução, coordenação unificada e gestão centralizada das atividades de arbitragem ao longo do calendário esportivo municipal.

9.2 Ademais, a contratação por lote único favorece a eficiência na execução contratual, possibilitando melhor planejamento logístico, otimização das escalas de arbitragem e maior controle por parte da Administração. Ressalta-se que a medida não compromete a competitividade do certame, uma vez que o mercado dispõe de empresas capacitadas para a prestação conjunta dos serviços nas modalidades previstas.

9.3. Por fim, a decisão para o não parcelamento fundamentada em um estudo técnico detalhado assegura a completa transparência e adequação as diretrizes estabelecidas pela Lei nº 14.133/2021.

10. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

10.1. Este estudo não identificou a necessidade de realizar contratações acessórias para a perfeita execução do objeto, uma vez que todos os meios necessários para a

operacionalização da contratação dos itens podem ser supridos apenas com a contratação ora proposta.

11. PREVISÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL

11.1. A presente contratação está prevista no Plano Anual de Contratações do município de Santana do Cariri-Ce, no presente exercício.

11.2. A inclusão desta contratação no Plano de Contratações Anual foi definida com base na análise detalhada das necessidades das unidades gestoras, visando atender de maneira eficiente e estratégica as demandas municipais.

11.3. A inserção deste processo no Plano de Contratações Anual evidencia uma gestão por competências focada na maximização dos recursos e na otimização dos resultados pretendidos. Por meio deste alinhamento estratégico, a Prefeitura Municipal de Santana do Cariri/Ce assegura que as contratações realizadas contribuam de maneira efetiva para o atendimento das diretrizes de planejamento estratégico do município e das expectativas da população santanense.

12. DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS

12.1 A presente contratação tem como objetivo alcançar resultados que garantam a efetividade das ações esportivas promovidas pela Secretaria de Esportes e Juventude do Município de Santana do Cariri – CE, observando os princípios da eficiência, economicidade e interesse público. Nesse sentido, Pretende-se contratar os serviços descritos neste ETP pelo menor preço, até o limite do preço global máximo estimado, com a qualidade, especificações e exigências descritas no Termo de Referência. Como resultados pretendidos, destacam-se:

- a) Garantir a realização adequada e organizada das competições esportivas previstas no calendário municipal, assegurando o cumprimento de datas, horários e regulamentos;
- b) Assegurar a qualidade técnica e a imparcialidade na condução das partidas, por meio da atuação de profissionais de arbitragem capacitados;
- c) Promover maior credibilidade, transparência e disciplina nos eventos esportivos, contribuindo para um ambiente competitivo saudável;

- d) Incentivar a prática esportiva e a participação da população, abrangendo crianças, jovens, adolescentes e adultos, fortalecendo políticas públicas de esporte e lazer;
- e) Reduzir riscos de conflitos, irregularidades e interrupções nas competições, mediante a prestação de serviços especializados e organizados;
- f) Otimizar os recursos públicos, por meio de uma contratação eficiente e adequada às reais necessidades da Administração;
- g) Fortalecer a inclusão social e a integração comunitária por meio do esporte, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida da população.

12.2 Estes resultados almejam não apenas o cumprimento dos requisitos legais e regulatórios estabelecidos pela Lei nº 14.133/2021, mas também promovem uma gestão pública eficaz, transparente e responsável, alinhada as melhores práticas de governança e em pleno atendimento as necessidades da população servida.

13. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS

13.1 As providências adotadas pela Administração serão as de acompanhamento, gestão e fiscalização das contratações. A Controladoria Geral do Município também promove atividades e ações no sentido de capacitar ou atualizar os servidores envolvidos no processo, de modo a propiciar mais qualificação desses servidores e minoração dos riscos envoltos a relação contratual.

13.2 Para assegurar a eficiência e eficácia do processo de contratação são necessárias ainda as seguintes providências:

- a) Desenvolvimento do Termo de Referência: Elaborar um Termo de Referência com base nos requisitos estabelecidos no estudo técnico preliminar, que conterá todas as especificações técnicas e quantitativas do serviço a ser contratado, bem como critérios de aceitação e indicadores de qualidade.
- b) Publicação e Divulgação: Garantir a ampla publicidade do processo licitatório, utilizando todos os meios de divulgação disponíveis, em conformidade com o princípio da publicidade estabelecido pela Lei 14.133, para assegurar a participação de um número amplo de licitantes potenciais.

c) Homologação e Adjudicação: Assegurar que os procedimentos de homologação e adjudicação estejam em conformidade com os critérios de julgamento estabelecidos no edital, garantindo transparência e isonomia no tratamento dos licitantes.

d) Fiscalização da execução contratual, para assegurar que os serviços sejam prestados de acordo com o contratado, em termos de qualidade, prazos e especificações técnicas.

14. POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS E MEDIDAS MITIGADORAS

14.1 A contratação de empresa especializada para prestação de serviços de arbitragem em jogos esportivos, em si, apresenta baixo impacto ambiental direto, pois trata-se majoritariamente de atividade de natureza intelectual e operacional. Ainda assim, existem impactos indiretos associados à logística, uso de recursos e geração de resíduos, que devem ser considerados juntamente com medidas mitigadoras.

14.2 Possíveis Impactos Ambientais

a) Emissões atmosféricas: Deslocamento de árbitros e equipes até os locais dos jogos (uso de veículos automotores); Aumento da emissão de gases de efeito estufa (CO₂).

b) Geração de resíduos sólidos: Produção de lixo durante eventos esportivos (garrafas plásticas, copos descartáveis, embalagens); Possível descarte inadequado por participantes e público.

c) Consumo de recursos naturais: Uso de energia elétrica em estádios/quadras (iluminação, equipamentos); Consumo de água em instalações esportivas (banheiros, limpeza).

14.3 Medidas Mitigadoras

a) Gestão adequada de resíduos: Implantação de coleta seletiva nos locais dos eventos. Incentivo ao uso de copos reutilizáveis ou biodegradáveis. Redução do uso de papel com adoção de súmulas e relatórios digitais.

b) Redução de emissões: Planejamento logístico para otimizar deslocamentos (caronas compartilhadas, rotas eficientes); priorizar contratação de profissionais locais para reduzir transporte.

c) Controle da poluição sonora: Respeitar horários adequados para realização dos jogos; evitar uso excessivo de equipamentos de som.

14.4 Em suma, o respeito ao princípio do desenvolvimento nacional sustentável, enfatizado na Lei nº 14.133/2021, orienta a Administração Pública a adotar estratégias de mitigação que contribuam para a preservação do meio ambiente, garantindo a sustentabilidade das ações e dos projetos, alinhando as atividades contratuais as melhores práticas de gestão ambiental e de responsabilidade socioambiental.

15. ANÁLISE DE RISCO

15.1 Essa análise permite a identificação, avaliação e gerenciamento dos riscos que possam comprometer o sucesso da contratação e da gestão contratual. Para cada risco identificado, define-se: a probabilidade de ocorrência dos eventos, os possíveis danos potenciais, possíveis ações preventivas e contingências.

15.2 A seguir, são apresentados os principais riscos mapeados e as medidas previstas para sua prevenção ou mitigação:

FASE DE CONTROLE: PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO

RISCO 01			
IDENTIFICAÇÃO DO RISCO			
RISCO	CONTRATAÇÃO SEM O ADEQUADO PLANEJAMENTO		
CONSEQUENCIA(S)	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Impugnações e pedidos de esclarecimento que gerem necessidade de adequação e atraso na conclusão do certame; ✓ Desperdício de Recursos Público; ✓ Conflitos das propostas com o que realmente se objetivava contratar face ausência de clareza. 		
ANÁLISE DE RISCO	Probabilidade	Baixa	
	Impacto	Alto	
	Nível de Risco	Alto	
	AÇÃO PREVENTIVA		RESPONSÁVEL
	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Ampliar o conhecimento do Órgão Contratante, nos diversos setores implicados nos processos de contratação, através de capacitações, quanto à otimização da condução das atividades de planejamento, proporcionando, assim, que os atos prévios tenham como produto a adequação e devida atenção das demandas públicas, com processos de 		Autoridade competente



PREFEITURA MUNICIPAL DE
SANTANA DO CARIRI
Orgulho de ser Santanense



	contratação sem intercorrências e vícios que possam gerar prejuízos de ordem técnica e econômica;	
	AÇÃO DE CONTINGÊNCIA	RESPONSÁVEL
	✓ Não aprovar a realização de processos que não contenham os requisitos mínimos necessários para justificar e delimitar de modo adequado a demanda objeto da contratação.	Autoridade competente

RISCO 02		
IDENTIFICAÇÃO DO RISCO		
RISCO	FALTA DE PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO	
CONSEQUENCIA(S)	✓ Impossibilidade de atender à necessidade que motivou a contratação;	
ANÁLISE DE RISCO	Probabilidade	Baixa
	Impacto	Alto
	Nível de Risco	Aceitação Intermediária
	AÇÃO PREVENTIVA	RESPONSÁVEL
RESPOSTA AO RISCO	✓ Realizar estudo técnico preliminar que identifique todas as partes da solução necessária ao atendimento da necessidade que motivou a contratação;	Autoridade competente
	AÇÃO DE CONTINGÊNCIA	RESPONSÁVEL
	✓ Readequar o plano de trabalho, submetendo-o para nova aprovação, com a redistribuição de parte dos recursos para os itens que foram subdimensionados, quando possível.	Autoridade competente

RISCO 03		
IDENTIFICAÇÃO DO RISCO		
RISCO	FALHA NA ELABORAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA	
CONSEQUENCIA(S)	✓ Atraso na contratação do objeto; ✓ Contratação Ineficiente; ✓ Desperdício de Recursos Públicos.	
ANÁLISE DE RISCO	Probabilidade	Baixa
	Impacto	Alto
	Nível de Risco	Aceitação Intermediária
	AÇÃO PREVENTIVA	RESPONSÁVEL
RESPOSTA AO RISCO	✓ Elaborar estudos preliminares anteriores a elaboração do Termo de Referência;	Autoridade competente
	✓ Elaborar Termo de Referência de acordo com as diretrizes da Lei.	
	AÇÃO DE CONTINGÊNCIA	RESPONSÁVEL



PREFEITURA MUNICIPAL DE
SANTANA DO CARIRI
Orgulho de ser Santanense



	<ul style="list-style-type: none">✓ Readequar o Termo de Referência com inclusão das instruções ausentes.✓ Não aprovação do Termo de Referência devido de falhas.	Autoridade competente
--	--	-----------------------

FASE DE CONTROLE: GESTÃO CONTRATUAL

RISCO 01			
IDENTIFICAÇÃO DO RISCO			
RISCO	ATRASSO INJUSTIFICADO DO INÍCIO DO CONTRATO		
CONSEQUENCIA(S)	<ul style="list-style-type: none">✓ Atraso na disponibilização da solução;✓ Não cumprimento dos prazos acordados no plano de trabalho.		
ANÁLISE DE RISCO	Probabilidade	Baixa	
	Impacto	Alto	
	Nível de Risco	Aceitação Intermediária	
AÇÃO PREVENTIVA		RESPONSÁVEL	
RESPOSTA AO RISCO	<ul style="list-style-type: none">✓ Acompanhar e exigir da contratada o início da execução do contrato, conforme estabelecido em Termo de Referência, Plano de Trabalho e Contrato.		Fiscal do Contrato
	AÇÃO DE CONTINGÊNCIA		RESPONSÁVEL
		<ul style="list-style-type: none">✓ Readequar o plano de trabalho com relação ao cronograma estabelecido, submetendo-o para nova aprovação, quando possível;✓ Solicitar abertura de processo administrativo para aplicação das penalidades cabíveis, quando necessário.	Gestor do contrato/Ordenador do contrato

RISCO 02			
IDENTIFICAÇÃO DO RISCO			
RISCO	AUSÊNCIA DE PROCEDIMENTOS FORMAIS DE COMUNICAÇÃO ENTRE AS PARTES CONTRATANTES		
CONSEQUENCIA(S)	<ul style="list-style-type: none">✓ Falhas na comunicação entre as partes;✓ Ausência de evidências das ocorrências do contrato;✓ Retardo e falhas na execução do contrato.		
ANÁLISE DE RISCO	Probabilidade	Baixa	
	Impacto	Alto	
	Nível de Risco	Aceitação Intermediária	
AÇÃO PREVENTIVA		RESPONSÁVEL	
RESPOSTA AO RISCO	<ul style="list-style-type: none">✓ Incluir no Termo de Referência o protocolo de comunicação entre contratante e contratada.		Autoridade competente Fiscal do Contrato



PREFEITURA MUNICIPAL DE
SANTANA DO CARIRI
Orgulho de ser Santanense



	AÇÃO DE CONTINGÊNCIA	RESPONSÁVEL
	✓ Estabelecer, de imediato, meios alternativos e eficazes de comunicação.	Fiscal do contrato

RISCO 03		
IDENTIFICAÇÃO DO RISCO		
RISCO	INADIMPLÊNCIA FISCAL PELA CONTRATADA DURANTE A EXECUÇÃO CONTRATUAL	
CONSEQUENCIA(S)	✓ Atraso da realização do pagamento ao fornecedor; ✓ Comprometimento da execução contratual; ✓ Rescisão contratual.	
ANÁLISE DE RISCO	Probabilidade	Baixa
	Impacto	Alto
	Nível de Risco	Aceitação Intermediária
RESPOSTA AO RISCO	AÇÃO PREVENTIVA	
	✓ Prever, expressamente, no Termo de Referência a obrigatoriedade da regularidade fiscal, bem como as consequências de sua falta; ✓ Receber apenas nota fiscal/fatura com a devida comprovação da regularidade fiscal.	
	Autoridade competente Fiscal do Contrato	
	AÇÃO DE CONTINGÊNCIA	RESPONSÁVEL
	✓ Executar as providências revistas em Lei.	Autoridade competente

RISCO 04		
IDENTIFICAÇÃO DO RISCO		
RISCO	DESCUMPRIMENTO DE CLÁUSULAS CONTRATUAIS POR PARTE DA CONTRATADA.	
CONSEQUENCIA(S)	✓ Comprometimento da execução contratual; ✓ Não disponibilização da solução desejada; ✓ Rescisão contratual.	
ANÁLISE DE RISCO	Probabilidade	Baixa
	Impacto	Alto
	Nível de Risco	Aceitação Intermediária
RESPOSTA AO RISCO	AÇÃO PREVENTIVA	
	✓ Prever expressamente na Minuta do Contrato, as penalidades por descumprimento de cláusulas contratuais.	
	Autoridade competente	
RESPOSTA AO RISCO	AÇÃO DE CONTINGÊNCIA	RESPONSÁVEL
	✓ Solicitar abertura de processo administrativo para aplicação das penalidades cabíveis, quando necessário.	Autoridade competente

RISCO 05		
IDENTIFICAÇÃO DO RISCO		
RISCO	DESCONFORMIDADES NA EXECUÇÃO DO OBJETO.	
CONSEQUENCIA(S)	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Não atendimento, parcial ou total, das necessidades da contratação; ✓ Rescisão contratual. 	
ANÁLISE DE RISCO	Probabilidade	Baixa
	Impacto	Alto
	Nível de Risco	Aceitação Intermediária
AÇÃO PREVENTIVA		RESPONSÁVEL
RESPOSTA AO RISCO	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Prever no Termo de Referência e no Plano de Trabalho a descrição detalhada da solução; ✓ Acompanhar, de forma ativa e periódica, a execução contratual. 	Autoridade competente. Fiscal do contrato
	AÇÃO DE CONTINGÊNCIA	RESPONSÁVEL
	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Notificar formalmente a contratada para o atendimento adequado da execução contratual, conforme previsto em Termo de Referência, Plano de Trabalho e Contrato; ✓ Solicitar abertura de processo administrativo para aplicação das penalidades cabíveis, quando necessário. 	Gestor do Contrato

15.3 A gestão adequada dos riscos identificados contribuirá para o sucesso da contratação, assegurando a execução regular e eficiente da aquisição do objeto em comento com qualidade, economicidade e cumprimento das demandas em tempo oportuno.

16. DA VEDAÇÃO DA PARTICIPAÇÃO DE EMPRESAS NA FORMA DE CONSÓRCIO

16.1 Conforme estabelecido pela Lei nº 14.133/2021, que rege as licitações e contratos administrativos, a participação de empresas na forma de consórcio em processos licitatórios é uma forma que, embora permitida sob determinadas condições, deve ser avaliada com cautela pela Administração Pública. Neste contexto, é importante destacar os princípios da eficiência, economicidade, competitividade e seleção da proposta mais vantajosa para a Administração, elementos centrais para a argumentação contrária a participação de empresas em consórcio para o objeto demandado.

16.2. Em primeiro lugar no objeto em epigrafe, a restrição a participação de empresas na forma de consórcio é justificada pela necessidade de simplificação e agilidade no processo licitatório, conforme preconiza o princípio da eficiência, um dos pilares da Lei 14.133/2021. Trata-se, portanto, da busca por procedimentos licitatórios mais céleres, que se traduzam em economia de tempo e recursos para a Administração Pública. A presença de consórcios, por sua natureza, tende a complexificar as negociações, aumentar o tempo de análise das propostas e dificultar a gestão contratual, afetando potencialmente a eficiência do processo.

16.3 Além disso, visando assegurar a obtenção da proposta economicamente mais vantajosa para a Administração, aspecto evidenciado pelo princípio da economicidade, a participação de consórcios pode representar um desafio adicional na negociação de condições mais favoráveis. Isso acontece em razão da complexidade adicional na governança de tais arranjos empresariais, que podem levar a custos indiretos maiores, repercussão que tem potencial de influenciar a formação do preço fina da contratação.

16.4 No que tange ao princípio da competitividade, a admissão de consórcios poderia resultar em um número menor de agentes econômicos concorrentes no certame, limitando a ampla competição. Isto porque, ao formarem consórcios, empresas que poderiam competir individualmente no processo licitatório optam por unir forças, reduzindo assim a pluralidade de propostas e potencialmente limitando a variedade de soluções inovadoras e economicamente vantajosas para a Administração.

16.5. Por fim, é fundamental considerar que, para a seleção da proposta mais vantajosa, a administração precisa avaliar não apenas os aspectos econômicos, mas também a qualidade técnica, a viabilidade e a sustentabilidade das ofertas. Em um contexto de participação de consórcios, tal avaliação pode se tornar mais complexa, impactando diretamente a capacidade da Administração de fazer a melhor escolha possível em consonância com os objetivos pretendidos para a contratação.

16.6. Portanto, com base nos princípios da eficiência, economicidade, competitividade e na busca pela proposta mais vantajosa, conforme preconizado pela Lei nº 14.133/2021,

posiciona-se contra a participação de empresas na forma de consórcio para o processo em questão. Esta vedação visa assegurar a simplificação dos procedimentos licitatórios, promover maior competitividade, agilizar a etapa de seleção e negociação, além de facilitar a gestão contratual, garantindo assim a obtenção do melhor resultado para a Administração Pública.

17. POSICIONAMENTO CONCLUSIVO SOBRE A ADEQUAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

17.1 Após uma análise detalhada dos aspectos técnicos, econômicos e legais envolvidos no processo de licitação para o objeto demandado, a fundamentação a seguir apresenta os principais elementos que corroboram esta posição favorável, de acordo com a Lei nº 14.133/2021.

17.2 A Justificativa da viabilidade deste ETP verifica-se pela economia no valor da aquisição dos serviços em função do ganho de escala, na eficiência com a diminuição dos custos administrativos. Além disso, frisa-se que a presente contratação atende adequadamente as demandas formuladas, os benefícios a serem alcançados são adequados, os custos previstos são compatíveis e caracterizam a economicidade, os riscos envolvidos são administráveis. Considerando as informações do presente ETP, entende-se que a presente contratação se configura tecnicamente viável.

17.3 A legislação em vigor, especificamente em seu Artigo 6º, Inciso XX, que define a necessidade e os procedimentos para a elaboração do Estudo Técnico Preliminar (ETP), e o Artigo 18, que discorre sobre a fase preparatória do processo licitatório, fornece a base legal para um processo de planejamento rigoroso e detalhado, visando a eficiência e a economicidade nas contratações públicas, identificando as seguintes situações:

- a) Identificou-se claramente, conforme o Artigo 18, Inciso I, a necessidade da contratação do objeto demandado que são essenciais para fortalecimento de políticas públicas de esporte e lazer do município.
- b) Conforme o Artigo 18, Inciso IV, será realizado um orçamento estimado baseado em pesquisa de mercado, assegurando que os valores estejam em conformidade com o

praticado, respeitando o princípio da economicidade e a garantia de execução dos recursos públicos com eficiência.

c) A análise de viabilidade técnica e econômica, amparada pelo Artigo 18, §1º, incluiu um estudo metódico das quantidades a serem contratadas e da estimativa de valor, considerando a demanda atual e futura, garantindo assim a cobertura adequada pelo período previsto.

18.4 Por todo o exposto, e com base na legislação aplicável **CONCLUI-SE** pela viabilidade e razoabilidade da contratação para os serviços especificados, dado que todos os procedimentos preparatórios e escolhas metodológicas estão em absoluta consonância com as disposições da Lei nº 14.133/2021, assegurando assim adequação a legislação, justiça no procedimento licitatório, responsabilidade no uso dos recursos públicos e alinhamento com os interesses da sociedade e objetivos da Administração Pública.

Santana do Cariri/CE, 31 de março de 2026

Francisco Adenilton Ribeiro de Souza
Coordenador EPC
Secretaria de Esporte e Juventude

Edney Gomes Alencar
Membro EPC
Secretaria de Esporte e Juventude